



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

DIFICULDADES, LIMITES E DESAFIOS EM INTEGRAR PESQUISA E EXTENSÃO COM O ENSINO NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Sérgio Luiz Gadini, professor em Jornalismo (graduação e pós-graduação) na UEPG, Paraná; E-mail: slgadini@uepg.br

RESUMO

A curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação e pós-graduação em todo o Brasil abriu um universo de expectativas e motivações, por um lado, com preocupações, de outra parte, onde o ensino parecia, até então, seguir linhas próprias e sem muitas dúvidas em interagir com práticas de extensão e de pesquisa. Passados três anos do término do prazos (2022) para as instituições se adequarem, ainda não há um mapa do que se tem, efetivamente, em nível nacional, mas um problema se destaca no cenário: a falta de profissionais no ensino universitário, que parecia escondida na gestão do ensino, se tornou mais latente, frente aos desafios de criar e manter projetos com características extensionistas em diálogo e interação efetiva com a pesquisa e o ensino na graduação e pós-graduação. Em forma ensaística, o texto destaca alguns limites e desafios ao processo de integração dos três eixos do tripé que sustenta a Universidade Pública no Brasil há mais de 50 anos: ensino, pesquisa e extensão.

PALAVRAS-CHAVE

Extensão Universitária. Formação Profissional no Ensino Superior. Curricularização da Extensão.

1. INTRODUÇÃO

Uma das primeiras e principais referências da extensão universitária é o pressuposto de uma pré-disposição e abertura ao



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



diálogo, na esteira das práticas de educação dialógica e participativa defendida por Paulo Freire (1987).

“Não há medida equivalente entre as horas que se passa no interior de uma comunidade rural, conversando com os mais velhos sobre plantas medicinais, e entre o trabalho em laboratório para análise das mesmas plantas”, avalia a professora Sandra de Deus (2020; p.12), conhecida por décadas de trabalho em defesa da extensão na universidade brasileira. “A Extensão Universitária está no preceito constitucional que definiu o ‘princípio da indissociabilidade’ entre Ensino, Pesquisa e Extensão (Artigo 207 da Constituição Brasileira)”, embora ainda não tenha o devido reconhecimento institucional dentro das próprias estruturas de gestão nas universidades, explica.

Sandra de Deus (2020; p.13) lembra que “as universidades devem inserir as atividades extensionistas na grade curricular de todos os cursos de graduação e regulamentá-las como prática acadêmica”. E é isso, sem dúvida. Mas qual o problema? Muitas universidades ‘entenderam’ que seria preciso disciplinar as atividades extensionistas, inserindo na grade curricular a referida carga horária (10% do total) como uma ou mais disciplinas.

O detalhe é que nem sempre (e, na maioria das vezes, não) as atividades extensionistas se enquadram na lógica e tradição de práticas do ensino sob a forma de disciplinas, seja pelo caráter de participação de estudantes em atividades com setores da comunidade, mas também pela dificuldade em avaliar quantitativamente tais iniciativas extensionistas, que se caracterizam por diversos outros aspectos e relações.

O presente texto discute algumas das dificuldades e desafios da implementação curricular da extensão, a partir de uma situação pontual



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



(o Curso de Jornalismo da UEPG), no ensino da graduação e da pós-graduação.

2. METODOLOGIA

A reflexão da presente comunicação toma por base as discussões apresentadas por uma das mais atuantes extensionistas no campo jornalístico em nível nacional (a professora Sandra de Deus, ex-diretora do FNPJ e ABEJ, por longos anos), que faz uma breve retrospectiva histórica dos marcos legais que orientam a consolidação das demandas extensionistas nas universidades brasileiras e apresenta um cenário experimental, ainda em formação, da implantação da extensão no ensino em jornalismo (a partir da graduação e da pós-graduação).

Oportuno situar que a ilustração de caso visa, basicamente, dialogar com uma realidade em transformação, a partir de 2023, quando a extensão passa a integrar a grade curricular nos cursos universitários com ao menos 10% da carga horária total. E, por fim, vale considerar que o texto que segue possui um caráter assumidamente ensaístico, ainda que no formato de uma modesta comunicação científica, de acordo com as orientações da organização do evento (ENEJOR 2026).

3. BREVE HISTÓRIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Qual a referência de marcos legais para extensão universitária em nível nacional? “No Brasil, o marco é 1931, quando se deu a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras”, lembra Sandra de Deus (2020; p.47). Mas, a garantia do espaço da extensão não foi automático e enfrentou as mais variadas formas de resistência, inclusive uma das



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



piores estratégias, que é o silêncio de gestores, que apostam no tempo do esquecimento.

Durante a ditadura militar no País (1964-85), o temor de que a extensão poderia ajudar os movimentos de resistência popular norteou a leniência com qualquer iniciativa de diretrizes políticas. E, assim, “a Extensão Universitária foi relegada a um plano secundário, reconhecida apenas em seu caráter assistencialista”, avalia Sandra de Deus (p.47). No cotidiano da vida acadêmica, ao longo do fatídico período, a extensão era quase uma espécie de ‘lenda urbana’, pois estava distante do currículo e da formação profissional. “A Extensão se configurava como o local onde se depositava tudo aquilo que não era considerado Ensino nem Pesquisa”, destaca a ex-presidente do FORPROEX (Deus, 2020; p.48).

Foi no mesmo período de silenciamento constitucional democrático que se fortaleceram movimentos e iniciativas para tirar a universidade dos muros isolados da vida social da população. Além do Movimento de Cultura Popular (pernambucano), em sintonia com a campanha de alfabetização (‘De pé no chão também se aprende a ler’, que surge na capital potiguar), são criados o Movimento de Educação de Base (MEB), a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), Centro Popular de Cultura (CPC - UNE), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da igreja católica, a partir do movimento por uma Teologia da Libertação, oriundo de países latino-americanos, o movimento pela anistia de presos políticos (1979) e a própria campanha por eleições diretas para presente (1984), dentre outras iniciativas. E, aqui, vale situar “o surgimento, no mesmo período, do Projeto Rondon — criado em 1967 e com forte atuação durante as décadas de 1970 e 1980, tornando-se conhecido em todo Brasil”(Deus, 2020; p.48).



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



Apesar do eventual registro de uma referência formal à Lei nº 5.540, de 29/11/1968, considerada precursora, por determinar normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, é a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5/10/1988, que, no artigo 207, estabelece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tem-se, a partir daí, um conceito para normatizar as graduais iniciativas pela implementação de diretrizes políticas na extensão universitária. Poucos anos depois, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional Nº 9.394, de 20/12/1996, amplia o espaço às atividades extensionistas pela concepção de currículo no ensino superior brasileiro. E o reconhecimento extensionista avança com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010) pela Lei Nº 10.172, de 9/01/2001.

Assim, no ensino de graduação, a curricularização da extensão - após uma longa e insistente reivindicação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), desde meados dos anos 1980 - se consolida pela resolução Nº 7, de 7/12/2018, que “estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). A diretriz é simples e clara: “pelo menos 10% da carga horária total dos cursos de graduação sejam dedicados a atividades extensionistas, a partir de 2022”, prorrogado pontualmente devido à pandemia do Covid-19.

Na mesma tendência, a própria Capes passa a orientar os Programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) a Integrar atividades de pesquisa e ensino com práticas extensionistas, conforme Portaria Conjunta CAPES/SESu (Nº 1, de 8/11/2023) e também edital



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



conjunto Nº3/2024, a respeito do Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG).

Em ambos os casos, a base legal é a mesma: o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que estabelece a exigência de incorporar a extensão na matriz curricular até 2024, enquanto a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES nº 7/2018) determina as normas para a implementação, em especial o prazo para adequação curricular nos cursos das instituições de ensino superior do País.

3. DIFICULDADES, CONTRIBUIÇÕES E LIMITES

Se na graduação o problema registrado pelas dificuldades na curricularização da extensão vai da ausência de profissionais às dificuldades em envolver todo o corpo docente em práticas que vão além das salas fechadas, na pós-graduação o principal desafio está diretamente associado ao esperado perfil institucional hegemônico em cursos de pós-graduação (*stricto sensu*), que se consolidou por demandas de uma busca produtivista onde publicar é a meta e a interação social com atores locais/regionais praticamente era - e ainda é - um mundo à parte das metas para se manter entre um quadro efetivo e atender aos indicadores de publicação a qualquer custo.

No caso ilustrativo do curso de graduação em Jornalismo na UEPG, os 10% da grade com a curricularização extensionista equivalem a 340 horas de atividades, distribuídas entre o primeiro e o terceiro ano, a partir de três disciplinas (Extensão em Jornalismo I, com 102h, II, com 136h, e III, com 102h), com a seguinte ementa: “Prática extensionista em Jornalismo que proporcione a experiência direta em projetos e programas existentes no curso e na instituição, sob supervisão de docente. Obs.:



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026



Dispensa-se bibliografia por se tratar de disciplina para prática de extensão”.

Imagem 1: A extensão em Jornalismo na UEPG

DISCIPLINAS DE EXTENSÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO (%)	CARGA HORÁRIA
	Extensão em Jornalismo I	0	102
	Extensão em Jornalismo II	0	136
	Extensão em Jornalismo III	0	102
Total em Horas não codificada			0
Total em Horas			340

Fonte: UEPG (2023).

Por ter uma tradição consolidada em extensão, com cerca de três décadas onde sempre houve diversos projetos em atividade, pode-se dizer que o curso de Jornalismo UEPG registrou um menor impacto na adaptação curricular da extensão à grade. Ainda assim, o modelo para ‘disciplinarizar’ a extensão exige uma série de tarefas que não fazem parte do cotidiano do ensino (seja em disciplinas obrigatórias ou optativas), mas implicam ajustes entre as ações extensionistas disponíveis e as exigências de registro das atividades nas orientações aprovadas pelo Departamento (DeJor) para viabilizar as ofertas aos estudantes.

Em 2026, o DeJor mantém sete projetos de extensão com atividades frequentes e com participação de ao menos dois docentes em cada iniciativa: (1) Agência de Jornalismo, (2) Lente Quente, (3) Cultura Plural, (4) Núcleo de Produção Audiovisual (NPA), (5) Combate à Desinformação,



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



(6) Democracia e Direitos Humanos, (7) Elos: DH e cidadania em Jornalismo.

Como não se trata de uma oferta com avaliação quantitativa (nos métodos tradicionais de disciplinas teóricas), a carga horária das atividades de Extensão em Jornalismo (I, II e II) precisa ser cumprida nos projetos de extensão em funcionamento na UEPG, não necessariamente em Jornalismo. O mesmo vale aos estudantes matriculados em qualquer um dos 40 cursos de graduação da IES. No entanto, ainda é modesta a circulação de estudantes em projetos de extensão fora do foco profissionalizante, por diversas razões ou justificativas. Os relatórios mensais que os estudantes matriculados nas disciplinas de Extensão em Jornalismo entregam registram as atividades realizadas durante o mês nos projetos extensionistas de que participam e pressupõem a assinatura de algum professor da respectiva equipe do projeto.

Oportuno situar que, com mais frequência, a partir de 2003, quando as universidades passam a ofertar bolsas de extensão, em convênios com as agências nacionais de fomento e as fundações estaduais de apoio (caso da Fundação Araucária, no Paraná), as bolsas de extensão logo ultrapassam o número de bolsas de iniciação científica e, pois, estima-se que, a partir de então, mais de 60% de todos estudantes em Jornalismo UEPG foram bolsista durante a graduação entre iniciação e/ou extensão. Deste modo, a formação já inclui uma frequência de práticas extensionistas em sintonia com as atividades de ensino e pesquisa. E isso também pelo fato de que algumas experiências em andamento desde a primeira década do século buscam integrar atividades extensionistas com experiências investigativas, envolvendo estudantes de graduação, até



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



2013 e, desde então, também pós-graduandos com a criação do Programa de Mestrado em Jornalismo.

O apoio de mestrandos em atividades de co-orientação discente em atividades extensionistas e iniciação científica é um esforço já presente em Jornalismo UEPG há pelo menos 12 anos, que vai fortalecendo vínculos com ações integradas, envolvendo professores e estudantes, nas mais variadas atividades em andamento nos cursos (graduação e pós). Esses vários aspectos, pode-se dizer, contribuíram para tornar a implantação curricular da extensão em Jornalismo um pouco menos traumática, mas não menos desafiadora, no caso da situação apresentada de forma ilustrativa aqui (UEPG).

4. DESAFIOS EXTENSIONISTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

É de conhecimento público, seja no Brasil ou demais países do mundo, que os critérios de avaliação de cursos da pós-graduação em todas áreas de conhecimento estão centrados em indicadores mais quantitativos (relação ingressante/concluente, média de orientandos por docente, número de artigos ou livros/capítulos por professor ao ano, etc) e menos qualitativos, em parte pela própria dificuldade em avaliar impactos de relações com difícil mensuração em curto, médio e longo prazo.

Ainda que, desde meados da década passada (2014/2015), a preocupação em contemplar indicadores de qualidade e impactos sociais (em níveis locais/regionais ou nacionais/globais) passa-se a registrar uma crescente adesão, a depender das coordenações de áreas de conhecimento junto ao órgão responsável pela avaliação da pós-graduação no País (a Capes). Contestações frequentes de resultados



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



avaliativos não demoveram as bases do sistema geral de qualificação dos programas de pós-graduação, mas ao menos foram ampliando a perspectiva de referências um pouco qualitativas nos processos realizados a cada quatro anos.

A entrada em cena da necessidade de avaliar as iniciativas extensionistas na pós-graduação, portanto, pegou um bonde andando e em adaptação às demandas vigentes em todas as áreas a partir de 2022. Além de informar e registrar atividades extensionistas desenvolvidas pelos PPGs no quadriênio anterior, é preciso constar nos planos de desenvolvimentos (PDIs) e programas de ações integradas de ensino e pesquisa, com a participação de pós-graduandos de forma frequente ou não mais tão eventual.

Assim como se constata na curricularização extensionista na graduação, a inclusão de um item avaliativo que considera a presença da extensão na pós-graduação pode revelar um desafio mais exigente, mas também ser flexibilizada em ações diversas, desde que cada PPG não se limite em focar os processos de formação de pesquisadores em recursos humanos apenas ou basicamente nos modelos nomeados criticamente como 'produtivistas' de publicação a qualquer custo e condição. Não significa e tampouco se garante que a pós-graduação abre mão dos indicadores de publicação e alcance quantitativos, mas que a partir de 2022 a variável extensão entra no horizonte de gestão dos PPGs em todo o País e em todas as áreas.

Fato é que se não há, ainda, elementos suficientes para avaliar em que condições está o processo de reconhecimento da prática da extensão na pós-graduação, o desafio está colocado aos pós-graduandos e docentes que estão diretamente vinculados a um PPG e, pois, precisam sempre



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



atualizar currículos com os tais indicadores de produção para “não prejudicar o programa”, como se diz no jargão de tarefas entendidas como ‘quase automáticas’ no cotidiano do ensino da pós-graduação. Este, pois, é o cenário em que está o processo de reconhecimento nacional da extensão no ensino da pós-graduação que, por sua vez, necessariamente está ligado à pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o presente texto situa-se em uma proposição reflexiva centrada nos constantes desafios de uma indissociabilidade das ações no ensino, e pesquisa, com a extensão universitária. Se não restam dúvidas quanto à curricularização da extensão no ensino da graduação e pós-graduação, o desafio central parece estar na busca de mecanismos capazes de colocar as iniciativas extensionistas no centro das estratégias que já se mostram consolidadas na formação profissional (graduação) e de pesquisadores (em nível da pós stricto sensu) em efetivas condições de interagir com diferentes grupos sociais de alcance local e regional. Por certo, o tripé que sustenta a Universidade (pública) brasileira pode se fortalecer e as próprias experiências de professores, estudantes e membros das comunidades de interação, por seu turno, também podem registrar outras práticas de geração de conhecimento e aprendizado.

A constatação é que, em suas variadas perspectivas e possibilidades (por vezes nem sempre compreendidas), as práticas extensionistas revelam condições efetivas de associar a formação técnico-profissional - que caracteriza o ensino superior brasileiro, desde seu surgimento - aos compromissos de uma formação humana e cidadã na medida em que os educandos (estudantes) entram em contato dialógico efetivo com os mais



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



variados setores da população e, assim, deixam-se envolver por demandas que geralmente não estão presentes nas tarefas das grades curriculares em disciplinas técnicas. Tal interação complexifica de forma qualificada as escolhas profissionais na universidade, desafiando o sentido e a própria justificativa pública do saber profissionalizante diante de realidades que revelam problemas sociais latentes ou explícitas.

Neste aspecto, defende a professora Sandra de Deus, “não existe contradição nem antagonismo entre o teórico e o prático”, pois, pela prática extensionista, “percebe-se que teoria e prática andam juntas, estão em constante diálogo, contribuindo para a renovação e para o desenvolvimento da universidade e da sociedade como um todo”, completa (Deus, 2020; p.44).

Em outros termos, destaca a autora/docente, “a extensão representa a troca de necessidades e de benefícios entre a universidade e a sociedade”, pois “ambos são beneficiários por meio de projetos, convenções e reuniões, melhorando a qualidade de vida na região onde a universidade atua”, explica Sandra de Deus (2020; p.59). De forma integrada, simultânea e dialógica, “a extensão transforma os docentes, os estudantes, a universidade e a sociedade” (p.61), enquanto sujeitos que constroem saberes coletivos pela interação que se materializa no exercício extensionista. Por isso tudo, conclui Sandra de Deus (2020; p.91), é preciso estar vigilantes, buscando “não apenas alterar os currículos e implementar a curricularização da extensão, mas também como “forma de oferecer alternativas de formação aos estudantes e respostas mais efetivas para a sociedade”.

REFERÊNCIAS



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Governo Federal, 1996.

BRASIL. **LEI Nº 13.005**, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: Governo Federal, 2014.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria: Ed. PRE-UFSM, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26144/EBOOK%20-%20Sandra%20de%20Deus%20-%20Extens%c3%a3o%20Universit%c3%a1ria.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 10 de mar. 2026.

sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 10 de mar. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UEPG. **Curso de bacharelado em Jornalismo**. Ponta Grossa: UEPG, 2023. Disponível em:

https://www2.uepg.br/prograd/wp-content/uploads/sites/19/2023/08/Copia-de-Bacharelado-em-jORNALISMO-2023_FINAL.pdf Acesso em: 10 de mar. 2026.